



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

**Processo:** CF-00908/2021

**Tipo de Processo:** Gestão da Informação: Segurança da Informação e Comunicações

**Assunto:** Política de Privacidade do Confea

**Interessado:** Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

**Relator:** Eng. Eletric. **Daniel de Oliveira Sobrinho**

#### DECISÃO CD Nº 115/2022

Aprova a Minuta de Portaria GTLGPD 0631083, que "Institui a Política de Privacidade do Confea"; e determina providências.

O Conselho Diretor, em sua 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de julho de 2022, na Sede do Confea, em Brasília-DF;

Considerando que tratam os presentes autos do Processo 00908/2021,

Considerando que por meio da Informação 18 (0426314), de 19 de fevereiro de 2021, a Gerência de Tecnologia da Informação - GTI relatou que o processo trata da elaboração de *documento contendo as práticas e medidas de Privacidade e Segurança adotadas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea*, sendo como *objetivo da Política de Privacidade é fornecer sobre como o Confea obtém, utiliza, armazena e protege os dados pessoais que coleta, a fim de levar transparência aos donos dos dados pessoais que possui*;

Considerando que por meio da Informação 19 (0426348), de 19 de fevereiro de 2021, a Gerência de Tecnologia da Informação - GTI manifestou-se nos seguintes termos:

Proposta inicial da Política de Privacidade para o Portal Institucional do Confea.

#### **POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

Este site é mantido e operado por Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

Nós coletamos e utilizamos alguns dados pessoais que pertencem àqueles que utilizam nosso site. Ao fazê-lo, agimos na qualidade de **controlador** desses dados e estamos sujeitos às disposições da Lei Federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Nós cuidamos da proteção de seus dados pessoais e, por isso, disponibilizamos esta política de privacidade, que contém informações importantes sobre:

- Quem deve utilizar nosso site
- Quais dados coletamos e o que fazemos com eles;
- Seus direitos em relação aos seus dados pessoais; e
- Como entrar em contato conosco.

### **1. Dados que coletamos e motivos da coleta**

Nosso site coleta e utiliza alguns dados pessoais de nossos usuários, de acordo com o disposto nesta seção.

#### *1. Dados pessoais fornecidos expressamente pelo usuário*

Nós coletamos os seguintes dados pessoais que nossos usuários nos fornecem expressamente ao utilizar nosso site:

Nome completo;  
Número do documento de identificação;  
Endereço residencial;  
E-mail;  
Número de telefone;

A coleta destes dados ocorre nos seguintes momentos:

Quando o usuário utiliza o formulário de pedido de acesso à informação;  
Quando o usuário informa o e-mail para Newsletter;  
Quando o usuário utiliza o formulário de consulta de profissional;

Os dados fornecidos por nossos usuários são coletados com as seguintes finalidades:

Para que o usuário registre um pedido de acesso à informação;  
Para que o usuário receba informações sobre o Sistema Confea/Crea;

#### *2. Dados pessoais obtidos de outras formas*

Nós coletamos os seguintes dados pessoais de nossos usuários:

Endereço IP;  
Dados de geolocalização;  
Tipo de navegador;  
Versão do navegador;  
Páginas do nosso Site que você visita, data e hora da sua visita, tempo gasto naquelas páginas;

A coleta destes dados ocorre nos seguintes momentos:

Quando o usuário faz login e logout no site;  
Quando o usuário clica em alguma página ou serviço no site;

Estes dados são coletados com as seguintes finalidades:

Garantir a segurança e a autenticidade das transações feitas no site;  
Cumprir determinação legal de armazenamento de registros de acesso a aplicações;  
Personalizar a experiência do usuário;

#### *3. Dados sensíveis*

O site poderá coletar os seguintes dados sensíveis dos usuários:

- dados sobre a origem racial ou étnica
- dados sobre a filiação a organização de caráter político
- dados genéticos
- dados biométricos

- dados relativos à saúde do usuário
- dados relativos à vida sexual ou à orientação sexual do usuário

A coleta de dados sensíveis ocorre nos seguintes momentos:

Dados pessoais são coletados no momento em que ele registra um pedido de Acesso a informação; no momento em que ele registra um e-mail para recebimento de Newsletter;

Estes dados são coletados com as seguintes finalidades:

- Para fornecer análises ou informações valiosas para que possamos melhorar o serviço;
- Para monitorar o uso do serviço;
- Para detectar, prevenir e resolver problemas técnicos;

A coleta e a utilização de dados pessoais sensíveis somente será feita com o consentimento específico e destacado de seus titulares, exceto, se for o caso, nas hipóteses em que a Lei Geral de Proteção de Dados permite o tratamento deste tipo de dados com fundamento em outras bases legais distintas do consentimento.

Em qualquer caso, o tratamento de dados pessoais sensíveis somente ocorrerá para atender a finalidades específicas expressas nesta política ou devidamente informadas ao usuário por outros meios.

#### 4. Cookies

*Cookies* são pequenos arquivos de texto baixados automaticamente em seu dispositivo quando você acessa e navega por um site. Eles servem, basicamente, para seja possível identificar dispositivos, atividades e preferências de usuários.

Os *cookies* não permitem que qualquer arquivo ou informação sejam extraídos do disco rígido do usuário, não sendo possível, ainda, que, por meio deles, se tenha acesso a informações pessoais que não tenham partido do usuário ou da forma como utiliza os recursos do site.

##### a. Cookies do site

Os *cookies* do site são aqueles enviados ao computador ou dispositivo do usuário e administrador exclusivamente pelo site.

As informações coletadas por meio destes *cookies* são utilizadas para melhorar e personalizar a experiência do usuário, sendo que alguns *cookies* podem, por exemplo, ser utilizados para lembrar as preferências e escolhas do usuário, bem como para o oferecimento de conteúdo personalizado.

##### b. Gestão de cookies

O usuário poderá se opor à utilização de *cookies* pelo site, bastando que os desative no momento em que começa a utilizar o serviço, seguindo as seguintes instruções:

Ao acessar o site, o usuário terá a opção de bloquear ou de permitir a utilização de *cookies*, bastando que selecione a opção correspondente na caixa de diálogo carregada automaticamente assim que nossa página é acessada.

A desativação de todos os *cookies*, não entanto, não será possível, uma vez que alguns deles são essenciais para que o site funcione corretamente.

Além disso, a desativação dos *cookies* que podem ser desabilitados poderá prejudicar a experiência do usuário, uma vez que informações utilizadas para personalizá-la deixarão de ser utilizadas.

#### 5. Coleta de dados não previstos expressamente

Eventualmente, outros tipos de dados não previstos expressamente nesta Política de Privacidade poderão ser coletados, desde que sejam fornecidos com o consentimento do usuário, ou, ainda, que a coleta seja permitida com fundamento em outra base legal prevista em lei.

Em qualquer caso, a coleta de dados e as atividades de tratamento dela decorrentes serão informadas aos usuários do site.

## **2. Compartilhamento de dados pessoais com terceiros**

Nós não compartilhamos seus dados pessoais com terceiros. Apesar disso, é possível que o façamos para cumprir alguma determinação legal ou regulatória, ou, ainda, para cumprir alguma ordem expedida por autoridade pública.

## **3. Por quanto tempo seus dados pessoais serão armazenados**

Os dados pessoais coletados pelo site são armazenados e utilizados por período de tempo que corresponda ao necessário para atingir as finalidades elencadas neste documento e que considere os direitos de seus titulares, os direitos do controlador do site e as disposições legais ou regulatórias aplicáveis.

Uma vez expirados os períodos de armazenamento dos dados pessoais, eles são removidos de nossas bases de dados ou anonimizados, salvo nos casos em que houver a possibilidade ou a necessidade de armazenamento em virtude de disposição legal ou regulatória.

## **4. Bases legais para o tratamento de dados pessoais**

Uma base legal para o tratamento de dados pessoais nada mais é que um fundamento jurídico, previsto em lei, que justifica o tratamento. Assim, cada operação de tratamento de dados pessoais precisa ter uma base legal a ela correspondente.

### *1. Dados pessoais não sensíveis*

Nós tratamos os dados pessoais não sensíveis de nossos usuários nas seguintes hipóteses:

- mediante o consentimento do titular dos dados pessoais
- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador

### *2. Dados pessoais sensíveis*

Nós tratamos os dados pessoais sensíveis de nossos usuários nas seguintes hipóteses:

- mediante o consentimento do titular dos dados pessoais
- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador

### *3. Consentimento*

Determinadas operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nosso site dependerão da prévia concordância do usuário, que deverá manifestá-la de forma livre, informada e inequívoca.

O usuário poderá revogar seu consentimento a qualquer momento, sendo que, não havendo hipótese legal que permita ou que demande o armazenamento dos dados, os dados fornecidos mediante consentimento serão excluídos.

Além disso, se desejar, o usuário poderá não concordar com alguma operação de tratamento de dados pessoais baseada no consentimento. Nestes casos, porém, é possível que não possa utilizar alguma funcionalidade do site que dependa daquela operação. As consequências da falta de consentimento para uma atividade específica são informadas previamente ao tratamento.

### *4. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador*

Algumas operações de tratamento de dados pessoais, sobretudo o armazenamento de dados, serão realizadas para que possamos cumprir obrigações previstas em lei ou em outras disposições normativas aplicáveis às nossas atividades.

## 5. Direitos do usuário

O usuário do site possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei;
- portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nos casos previstos em lei;
- informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- revogação do consentimento.

É importante destacar que, nos termos da LGPD, não existe um direito de eliminação de dados tratados com fundamento em bases legais distintas do consentimento, a menos que os dados seja desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o previsto na lei.

### 1. Como o titular pode exercer seus direitos

Para garantir que o usuário que pretende exercer seus direitos é, de fato, o titular dos dados pessoais objeto da requisição, poderemos solicitar documentos ou outras informações que possam auxiliar em sua correta identificação, a fim de resguardar nossos direitos e os direitos de terceiros. Isto somente será feito, porém, se for absolutamente necessário, e o requerente receberá todas as informações relacionadas.

## 6. Medidas de segurança no tratamento de dados pessoais

Empregamos medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, extravio ou alteração desses dados.

As medidas que utilizamos levam em consideração a natureza dos dados, o contexto e a finalidade do tratamento, os riscos que uma eventual violação geraria para os direitos e liberdades do usuário, e os padrões atualmente empregados no mercado por empresas semelhantes à nossa.

Entre as medidas de segurança adotadas por nós, destacamos as seguintes:

- Os dados de nossos usuários são armazenados em ambiente seguro;
- Limitamos o acesso aos dados de nossos usuários, de modo que terceiros não autorizados não possam acessá-los;
- Utilizamos certificado SSL (*Secure Socket Layer*), de modo que a transmissão de dados entre os dispositivos dos usuários e nossos servidores aconteça de forma criptografada;
- Mantemos registros de todos aqueles que têm, de alguma forma, contato com nossos dados.

Ainda que adote tudo o que está ao seu alcance para evitar incidentes de segurança, é possível que ocorra algum problema motivado exclusivamente por um terceiro - como em caso de ataques de *hackers* ou *crackers* ou, ainda, em caso de culpa exclusiva do usuário, que ocorre, por exemplo, quando ele mesmo transfere seus dados a terceiro. Assim, embora sejamos, em geral, responsáveis pelos dados pessoais que tratamos, nos eximimos de responsabilidade caso ocorra uma situação excepcional como essas, sobre as quais não temos nenhum tipo de controle.

De qualquer forma, caso ocorra qualquer tipo de incidente de segurança que possa gerar risco ou dano relevante para qualquer de nossos usuários, comunicaremos os afetados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados acerca do ocorrido, em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

## **7. Reclamação a uma autoridade de controle**

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, os titulares de dados pessoais que se sentirem, de qualquer forma, lesados, podem apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

## **8. Alterações nesta política**

A presente versão desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 07/10/2020.

Nos reservamos o direito de modificar, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às eventuais alterações feitas em nosso site, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Sempre que houver uma modificação, nossos usuários serão notificados acerca da mudança.

## **9. Como entrar em contato conosco**

Para esclarecer quaisquer dúvidas sobre esta Política de Privacidade ou sobre os dados pessoais que tratamos, entre em contato com nosso Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, por algum dos canais mencionados abaixo:

*E-mail:* [gti@confea.org.br](mailto:gti@confea.org.br)

Endereço postal: SEPN 508 Bloco A Lote 05 - Edifício Confea - Brasília-DF

Considerando que por meio da Informação 20 (0426361), de 19 de fevereiro de 2021, a Gerência de Tecnologia da Informação - GTI apresentou as seguintes complementações:

Proposta atual da Política de Privacidade, considerando o Documento nº 0426360, sobre as considerações realizadas pela empregada Marina Garcia.

## **POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

Este site é mantido e operado pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

Nós coletamos e utilizamos alguns dados pessoais que pertencem àqueles que utilizam nosso site. Ao fazê-lo, agimos na qualidade de controlador desses dados e estamos sujeitos às disposições da Lei Federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Nós cuidamos da proteção de seus dados pessoais e, por isso, disponibilizamos esta política de privacidade, que contém informações importantes sobre:

- Quem deve utilizar nosso site;
- Quais dados coletamos e o que fazemos com eles;
- Seus direitos em relação aos seus dados pessoais; e
- Como entrar em contato conosco.

### **1. Dados que coletamos e motivos da coleta**

Nosso site coleta e utiliza alguns dados pessoais de nossos usuários, de acordo com o disposto nesta seção.

### *1.1. Dados pessoais fornecidos expressamente pelo usuário*

Nós coletamos os seguintes dados pessoais que nossos usuários nos fornecem expressamente ao utilizar nosso site:

- Nome completo;
- Número do documento de identificação;
- Endereço residencial;
- E-mail;
- Número de telefone;

A coleta destes dados ocorre nos seguintes momentos:

- Quando o usuário utiliza o formulário de pedido de acesso à informação;
- Quando o usuário informa o e-mail para Newsletter;
- Quando o usuário utiliza o formulário de consulta de profissional;

Os dados fornecidos por nossos usuários são coletados com as seguintes finalidades:

- Para que o usuário registre um pedido de acesso à informação (LAI e art.7 inciso II da LGPD);
- Para que o usuário receba a resposta de seu pedido de acesso à informação; (LAI e art.7 inciso II da LGPD);
- Para que o usuário receba informações sobre o Sistema Confea/Crea; art.7 inciso II da LGPD);

### *1.2. Dados pessoais obtidos de outras formas*

Nós coletamos os seguintes dados pessoais de nossos usuários:

- Endereço IP;
- Dados de geolocalização;
- Tipo de navegador;
- Versão do navegador;
- Páginas do nosso Site que você visita, data e hora da sua visita, tempo gasto naquelas páginas;

A coleta destes dados ocorre nos seguintes momentos:

- Quando o usuário faz login e logout no site;
- Quando o usuário clica em alguma página ou serviço no site;

Estes dados são coletados com as seguintes finalidades:

- Garantir a segurança e a autenticidade das transações feitas no site;
- Cumprir determinação legal de armazenamento de registros de acesso a aplicações;
- Personalizar a experiência do usuário;

Estabelecidas pelo Marco Civil da Internet – Lei 12.965/2014

### *1.3. Dados sensíveis*

A coleta e a utilização de dados pessoais sensíveis somente será feita com o consentimento específico e destacado de seus titulares, exceto, se for o caso, nas hipóteses em que a Lei Geral de Proteção de Dados permite o tratamento deste tipo de dados com fundamento em outras bases legais distintas do consentimento.

Em qualquer caso, o tratamento de dados pessoais sensíveis somente ocorrerá para atender a finalidades específicas expressas nesta política ou devidamente informadas ao usuário por outros meios.

### *1.4. Cookies*

Cookies são pequenos arquivos de texto baixados automaticamente em seu dispositivo quando você acessa e navega por um site. Eles servem, basicamente, para seja possível identificar dispositivos, atividades e preferências de usuários.

Os cookies não permitem que qualquer arquivo ou informação sejam extraídos do disco rígido do usuário, não sendo possível, ainda, que, por meio deles, se tenha acesso a informações pessoais que não tenham partido do usuário ou da forma como utiliza os recursos do site.

#### *a. Cookies do site*

Os cookies do site são aqueles enviados ao computador ou dispositivo do usuário e administrador exclusivamente pelo site.

As informações coletadas por meio destes cookies são utilizadas para melhorar e personalizar a experiência do usuário, sendo que alguns cookies podem, por exemplo, ser utilizados para lembrar as preferências e escolhas do usuário, bem como para o oferecimento de conteúdo personalizado.

#### *b. Gestão de cookies*

O usuário poderá se opor à utilização de cookies pelo site, bastando que os desative no momento em que começa a utilizar o serviço, seguindo as seguintes instruções:

Ao acessar o site, o usuário terá a opção de bloquear ou de permitir a utilização de cookies, bastando que selecione a opção correspondente na caixa de diálogo carregada automaticamente assim que nossa página é acessada.

A desativação de todos os cookies, não entanto, não será possível, uma vez que alguns deles são essenciais para que o site funcione corretamente.

Além disso, a desativação dos cookies que podem ser desabilitados poderá prejudicar a experiência do usuário, uma vez que informações utilizadas para personalizá-la deixarão de ser utilizadas.

### *1.5. Coleta de dados não previstos expressamente*

Eventualmente, outros tipos de dados não previstos expressamente nesta Política de Privacidade poderão ser coletados, desde que sejam fornecidos com o consentimento do usuário, ou, ainda, que a coleta seja permitida com fundamento em outra base legal prevista em lei.

Em qualquer caso, a coleta de dados e as atividades de tratamento dela decorrentes serão informadas aos usuários do site.

## **2. Compartilhamento de dados pessoais com terceiros**

Nós não compartilhamos seus dados pessoais com terceiros. Apesar disso, é possível que o façamos para cumprir alguma determinação legal ou regulatória, ou, ainda, para cumprir alguma ordem expedida por autoridade pública.

## **3. Por quanto tempo seus dados pessoais serão armazenados**



Os dados pessoais coletados pelo site são armazenados e utilizados por período de tempo que corresponda ao necessário para atingir as finalidades elencadas neste documento e que considere os direitos de seus titulares, os direitos do controlador do site e as disposições legais ou regulatórias aplicáveis.

Uma vez expirados os períodos de armazenamento dos dados pessoais, eles são removidos de nossas bases de dados ou anonimizados, salvo nos casos em que houver a possibilidade ou a necessidade de armazenamento em virtude de disposição legal ou regulatória.

#### **4. Bases legais para o tratamento de dados pessoais**

Uma base legal para o tratamento de dados pessoais nada mais é que um fundamento jurídico, previsto em lei, que o justifica. Assim, cada operação de tratamento de dados pessoais precisa ter uma base legal a ela correspondente.

##### *4.1. Dados pessoais não sensíveis*

Nós tratamos os dados pessoais não sensíveis de nossos usuários nas seguintes hipóteses:

- mediante o consentimento do titular dos dados pessoais;
- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

##### *4.2. Dados pessoais sensíveis*

Nós tratamos os dados pessoais sensíveis de nossos usuários nas seguintes hipóteses:

- mediante o consentimento do titular dos dados pessoais
- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador

##### *4.3. Consentimento*

Determinadas operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nosso site dependerão da prévia concordância do usuário, que deverá manifestá-la de forma livre, informada e inequívoca. O usuário poderá revogar seu consentimento a qualquer momento, sendo que, não havendo hipótese legal que permita ou que demande o armazenamento dos dados, os dados fornecidos mediante consentimento serão excluídos.

Além disso, se desejar, o usuário poderá não concordar com alguma operação de tratamento de dados pessoais baseada no consentimento. Nestes casos, porém, é possível que não possa utilizar alguma funcionalidade do site que dependa daquela operação. As consequências da falta de consentimento para uma atividade específica são informadas previamente ao tratamento.

##### *4.4. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador*

Algumas operações de tratamento de dados pessoais, sobretudo o armazenamento de dados, serão realizadas para que possamos cumprir obrigações previstas em lei ou em outras disposições normativas aplicáveis às nossas atividades.

#### **5. Direitos do usuário**

O usuário do site possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos dados;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei;
- Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nos casos previstos em lei; - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- Revogação do consentimento.

É importante destacar que, nos termos da LGPD, não existe um direito de eliminação de dados tratados com fundamento em bases legais distintas do consentimento, a menos que os dados sejam desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o previsto na lei.

#### *5.1. Como o titular pode exercer seus direitos*

Para garantir que o usuário que pretende exercer seus direitos é, de fato, o titular dos dados pessoais objeto da requisição, poderemos solicitar documentos ou outras informações que possam auxiliar em sua correta identificação, a fim de resguardar nossos direitos e os direitos de terceiros. Isto somente será feito, porém, se for absolutamente necessário, e o requerente receberá todas as informações relacionadas.

### **6. Medidas de segurança no tratamento de dados pessoais**

Empregamos medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, extravio ou alteração desses dados.

As medidas que utilizamos levam em consideração a natureza dos dados, o contexto e a finalidade do tratamento, os riscos que uma eventual violação geraria para os direitos e liberdades do usuário, e os padrões atualmente empregados no mercado por empresas semelhantes à nossa.

Entre as medidas de segurança adotadas por nós, destacamos as seguintes:

- Os dados de nossos usuários são armazenados em ambiente seguro;
- Limitamos o acesso aos dados de nossos usuários, de modo que terceiros não autorizados não possam acessá-los;
- Utilizamos certificado SSL (Secure Socket Layer), de modo que a transmissão de dados entre os dispositivos dos usuários e nossos servidores aconteça de forma criptografada;
- Mantemos registros de todos aqueles que têm, de alguma forma, contato com nossos dados.

Ainda que adote tudo o que está ao seu alcance para evitar incidentes de segurança, é possível que ocorra algum problema motivado exclusivamente por um terceiro - como em caso de ataques de hackers ou crackers ou, ainda, em caso de culpa exclusiva do usuário, que ocorre, por exemplo, quando ele mesmo transfere seus dados a terceiro. Assim, embora sejamos, em geral, responsáveis pelos dados pessoais que tratamos, nos eximimos de responsabilidade caso ocorra uma situação excepcional como essas, sobre as quais não temos nenhum tipo de controle.

De qualquer forma, caso ocorra qualquer tipo de incidente de segurança que possa gerar risco ou dano relevante para qualquer de nossos usuários, comunicaremos os afetados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados acerca do ocorrido, em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

## **7. Reclamação a uma autoridade de controle**

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, os titulares de dados pessoais que se sentirem, de qualquer forma, lesados, podem apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

## **8. Alterações nesta política**

A presente versão desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 17/11/2020.

Nos reservamos o direito de modificar, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às eventuais alterações feitas em nosso site, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Sempre que houver uma modificação, nossos usuários serão notificados acerca da mudança.

## **9. Como entrar em contato conosco**

Para esclarecer quaisquer dúvidas sobre esta Política de Privacidade ou sobre os dados pessoais que tratamos, entre em contato com nosso Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, por algum dos canais mencionados abaixo:

E-mail: [gti@confea.org.br](mailto:gti@confea.org.br)

Telefone: (61) 2105-3700

Endereço postal: SEPN 508 Bloco A Lote 05 - Edifício Confea - Brasília-DF

Considerando que por meio do Despacho GTI 0427584, de 19 de fevereiro de 2021, a Gerência de Tecnologia da Informação - GTI encaminhou os autos à Superintendência de Estratégia e Gestão - SEG, nos seguintes termos:

O presente processo versa sobre minuta de Política de Privacidade do Confea, consoante documento SEI nº 0426361.

Em meados de 2020, a equipe da GTI atuou na elaboração da referida Política, inicialmente instruída através do chamado #690844 (SEI nº 0426322).

Após uma primeira versão do documento, e de maneira informal, fora efetuada uma análise pela Analista Marina Garcia da Silva Pereira, pelo papel que desempenhou perante o tema e pelo conhecimento que possui, a qual surgiram valiosas considerações contidas no SEI nº 0426360.

Dessa feita, foi gerada uma nova Minuta de Política de Privacidade para o Portal Institucional do Confea e demais sites, disponível no SEI nº 0426361.

Visto ser uma minuta, e por ainda não se ter um DPO nomeado no Confea, o item 9 da Política permaneceu com os dados da GTI, os quais deverão ser substituídos pelo do DPO.

Ademais, considerando o teor do documento e sua aplicabilidade, sugere-se o encaminhamento ao Gabinete e à Procuradoria Jurídica para manifestação, salvo melhor juízo, antes de eventual publicação nos sites do Confea.

Considerando que por meio do Despacho SEG 0439313, de 24 de março de 2021, a Superintendência de Estratégia e Gestão - SEG encaminhou os autos ao Grupo de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados - GTLGD, para apreciação;

Considerando que, na sequência, foram juntados aos autos os seguintes documentos:

- Página site Crea-DF (0454718);
- Página site Crea-MG (0454722);
- Página site Crea-PR (0454723);
- Guia de Elab. de Programa de Governança em Privacidade (0464730);
- Guia de Elab. de Termo de Uso e Política de Privacidade (0464733);
- Norma Política de Privacidade FGV (0464731); e
- Norma Política de Privacidade e Proteção de Dados P TJSC (0464734),

Considerando que por meio do documento SEI 0464735, de 15 de junho de 2021, o Grupo de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados - GTLGDPD apresentou minuta de regulamento que visa instituir a "Política de Privacidade do Confea";

Considerando que por meio do Despacho GTLGDPD 0466117, de 15 de junho de 2021, os autos foram encaminhados à Gerência de Tecnologia da Informação - GTI, nos seguintes termos:

Considerando as Informações 18 e 20 da GTI (0426314 e 0426361);

Considerando a necessidade de elaboração de uma Política de Privacidade para o Confea para posterior divulgação no Portal Institucional;

Considerando o Guia para elaboração de Termos de Uso e Política de Privacidade elaboração pelo Ministério da Economia e demais documentos de referência;

Encaminhamos a minuta da Política de Privacidade do Confea 0464735 para apreciação e análise.

Ressaltamos que as formas e as durações dos tratamentos dos dados pessoais de forma detalhada irão compor uma segunda versão desta Política devido ao mapeamento de dados que está ainda sendo realizado.

Após, encaminharemos para a PROJ para consideração jurídica.

Considerando que por meio do Despacho GTI 0468094, de 18 de junho de 2021, a Gerência de Tecnologia da Informação - GTI restituiu os autos ao Grupo de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados - GTLGDPD, nos seguintes termos:

Em atenção ao solicitado no doc. 0466117, e em análise à Minuta de Portaria (doc. 0464735) que institui a Política de Privacidade do Confea, vimos informar que não há óbices técnicos pela Gerência de Tecnologia da Informação, considerando a qualidade do trabalho efetuado no referido documento e os alinhamentos efetuados entre as partes ao longo de sua elaboração, assim como do trabalho prévio realizado por esta unidade e disposto no doc. 0426361.

Dessa forma, restitui-se o processo.

Considerando que por meio do Despacho GTLGDPD 0469739, de 23 de junho de 2021, os autos foram encaminhados à Procuradoria Jurídica - PROJ, nos seguintes termos:

Considerando as Informações 18 e 20 da GTI 0426314 e 0426361;

Considerando a necessidade de elaboração de uma Política de Privacidade para o Confea para posterior divulgação no Portal Institucional;

Considerando o Guia para elaboração de Termos de Uso e Política de Privacidade elaboração pelo Ministério da Economia e demais documentos de referência;

Considerando a análise técnica efetuada pela GTI 0468094;

Encaminhamos a minuta da Política de Privacidade do Confea 0464735 para apreciação e manifestação.

Ressaltamos que as formas e as durações dos tratamentos dos dados pessoais de forma detalhada irão compor uma segunda versão desta Política devido ao mapeamento de dados que está ainda sendo realizado.

Considerando que por meio do Parecer 118 (0476247), de 12 de julho de 2021, a Subprocuradoria Consultiva - SUCON manifestou-se nos seguintes termos:

## I - RELATÓRIO

1. Trata-se de proposta de portaria que visa a instituição da Política de Privacidade do Confea, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD ([Lei nº 13.709, de 2018](#)), à Lei de Acesso à Informação ([Lei nº 12.527, de 2011](#)) e ao Marco Civil da Internet ([Lei 12.965, de 2014](#)).
2. A proposta foi encaminhada pelo Grupo de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados e consiste na Minuta de Portaria em anexo (0464735).
3. A Gerência de Tecnologia da Informação foi consultada sobre os aspectos técnicos-operacionais, tendo anuído à proposta, conforme Despacho GTI 0468094.
4. É o que importa relatar.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

5. Inicialmente, cumpre-nos salientar que a presente manifestação jurídica toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo em epígrafe. No que concerne aos aspectos técnicos-operacionais e institucionais, bem como quanto ao juízo de oportunidade e conveniência do que se pretende, registre-se, desde logo, que não cabe a esta unidade jurídica se manifestar, pois a análise é concernente apenas aos aspectos e requisitos legais envolvidos no assunto trazido a exame.

6. A Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei nº 13.709, de 2018](#)) estabeleceu diretrizes básicas para o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. À luz do disposto no seu art. 2º, tais diretrizes tem como fundamentos:

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

7. Partindo dessas premissas, qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, estão sujeitas às diretrizes fixadas pela LGPD, conforme seu art. 3º:

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§ 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

§ 2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.

8. Já o art. 4º da LGPD estabelece as situações não alcançadas pelas diretrizes de tratamento de dados pessoais, quais sejam:

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

II - realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos; ou

b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;

III - realizado para fins exclusivos de:

a) segurança pública;

b) defesa nacional;

c) segurança do Estado; ou

d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou

IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.

§ 1º O tratamento de dados pessoais previsto no inciso III será regido por legislação específica, que deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos nesta Lei.

§ 2º É vedado o tratamento dos dados a que se refere o inciso III do caput deste artigo por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, que serão objeto de informe específico à autoridade nacional e que deverão observar a limitação imposta no § 4º deste artigo.

§ 3º A autoridade nacional emitirá opiniões técnicas ou recomendações referentes às exceções previstas no inciso III do caput deste artigo e deverá solicitar aos responsáveis relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.

§ 4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III do caput deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado, salvo por aquela que possua capital integralmente constituído pelo poder público.

9. O Sistema Confea/Crea é composto pelos Conselhos Regionais e pelo Federal, os quais possuem natureza autárquica, a teor do disposto no art. 80, da [Lei nº 5.194, de 1966](#) e do pacífico entendimento jurisprudencial (*ex vi* [ADI 1717-6/STF](#)).

10. Enquanto instância superior da fiscalização do exercício profissional da engenharia e da agronomia (art. 26, da [Lei nº 5.194, de 1966](#)), o Confea realiza tratamento de dados pessoais, inclusive por meios digitais, dos profissionais da engenharia e agronomia registrados no Sistema Confea/Crea, além de colaboradores e terceiros com os quais se relaciona no exercício da sua função administrativa.

11. Assim, o Confea está enquadrado como agente de tratamento de dados, como controlador e operador, além da necessidade de indicação de pessoa encarregada para intermediar a comunicação entre o Confea e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Essas figuras foram conceituadas no art. 5º da LGPD:

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

VI - **controlador**: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - **operador**: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - **encarregado**: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

IX - **agentes de tratamento**: o controlador e o operador;

12. Ademais, a natureza dos dados tratados pelo Confea não é alcançada pelas exceções do art. 4º, da LGPD (já citado), razão pela qual deverá adotar procedimentos internos com vistas ao atendimento das diretrizes de tratamento de dados pessoais, cujas rotinas operacionais devem buscar atingir os seguintes objetivos estabelecidos no seu art. 6º:

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

**13. Deve ainda o Confea se atentar para a LGPD quanto aos requisitos gerais para o tratamento de dados estabelecidos nos artigos 7º a 16, para os direitos dos titulares dos dados, previstos nos artigos 17 a 22, para os requisitos específicos relativos ao tratamento de dados pessoais pelo poder público de que tratam os artigos 23 a 32, e, por fim, para os requisitos de transferência internacional de dados prevista nos artigos 33 a 36, sob pena de responsabilização dos agentes de tratamento, os quais deverão se atentar também para as regras estabelecidas nos artigos 37 a 45, que estabelecem diretrizes para a atuação dos agentes e sua eventual responsabilização em caso de violação da legislação. Para tanto, é necessário que o Confea adote boas práticas de segurança, sigilo e governança do tratamento de dados, como determinado nos artigos 46 a 51.**

14. É em atendimento a esses postulados que o GTLGD apresenta a Minuta de Portaria 0464735, que define a Política de Privacidade do Confea.

15. Em linhas gerais, o teor da minuta em análise reproduz, *ipsis litteris*, o conteúdo da LGPD, fazendo pequenas adaptações à realidade do Confea.

16. Nesse sentido, o Capítulo I (artigos 1º a 4º) da Minuta contempla as DISPOSIÇÕES GERAIS, onde constam o objeto e a finalidade da Política de Privacidade e o alinhamento às premissas legais,

afirmando ainda o compromisso do Confea com a conscientização das pessoas sobre a proteção de seus dados pessoais e ainda se comprometendo à promover a segurança das informações dos visitantes e usuários cadastrados no portal institucional, sistemas e aplicativos utilizados no âmbito do Confea.

17. O Capítulo II (artigos 5º a 14) dispõe sobre o TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS, reforçando as premissas básicas constante na LGPD e definindo, no âmbito interno, como os dados pessoais e sensíveis são tratados no Confea. Em linhas gerais o texto está adequado à LGPD, ressalvando-se o art. 6º, como se verá adiante.

**18. Isso porque o art. 6º da Minuta prevê que dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados pelo Confea são considerados sigilosos. Há um grupo de trabalho instituído para tratar do assunto no âmbito do Confea e, como tal, é necessário que o grupo esclareça por que tanto os dados pessoais quanto os dados pessoais sensíveis tratados pelo Confea são considerados sigilosos.**

**19. Ademais, parece haver uma confusão na redação desse dispositivo entre dados pessoais e dados pessoais sensíveis, que são conceitos legais diferentes. De toda forma, como afirmar que todos os dados (pessoais e pessoais sensíveis) tratados pelo Confea são sigilosos, se há dados de profissionais, inclusive, disponíveis para o público em geral na internet, por meio do portal oficial do Sistema Confea/Crea?**

**20. Então, é necessário que o Grupo aprofunde os estudos para estabelecer, de forma clara e precisa, quais dados tratados pelo Confea são considerados sigilosos e, conseqüentemente, promover a alteração na proposta de regulamentação.**

21. O Capítulo III (artigos 15 a 17) dispõe sobre os AGENTES DE TRATAMENTO, reforçando as premissas básicas constante na LGPD e replicando, inclusive, com poucas modificações, as disposições relativas à figura do encarregado, previstas no art. 41 da lei. Em linhas gerais o texto está adequado à LGPD, ressalvando-se o art. 15, como se verá adiante.

**22. Em relação ao art. 15, é necessário que a Grupo de Trabalho reveja a expressão "melhor interesse", uma vez que a mesma não se refere às pessoas em geral mas sim ao princípio basilar do Direito da Criança e do Adolescente, que foi recepcionado pelo art. 14, da LGPD e até mesmo no art. 14 da Minuta em análise.**

**23. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Confea não busca, nas operações de tratamento de dados, o "melhor interesse dos titulares dos dados pessoais", mas sim "o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público", tal como previsto no art. 23 da LGPD e também no art. 5º da Minuta, sem perder de vista as diretrizes de proteção dos dados pessoais disciplinadas na LGPD.**

24. O Capítulo IV (artigos 18 a 19) dispõe sobre os DIREITOS DOS TITULARES, replicando, de forma mais resumida, os direitos previstos no art. 18 da lei. Em linhas gerais o texto está adequado à LGPD, sem ressalvas.

25. O Capítulo V (artigos 20 a 25) dispõe sobre os USUÁRIOS E UTILIZAÇÃO DE *COOKIES*, estabelecendo requisitos para o acesso ao conteúdo do portal e aplicativos do Confea. Em linhas gerais o texto está adequado à LGPD e às regras gerais do Marco Civil da Internet ([Lei nº 12.965, de 2014](#)), sem ressalvas.

26. O Capítulo VI (artigos 26 a 30) dispõe sobre o COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS, replicando, de forma mais resumida, as regras para o tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicas no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados direitos previstos na LGPD. Em linhas gerais o texto está adequado à LGPD, sem ressalvas.

27. O Capítulo VI (artigos 31 a 33) dispõe sobre a TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS, replicando, de forma mais resumida, as regras para transferência internacional de dados pessoais previstas no art. 33 da LGPD. Em linhas gerais o texto está adequado à LGPD, **ressalvando-se, entretanto, a necessidade de a Administração manter-se atenta às futuras regulamentações e ações que venham a ser promovidas pela Autoridade Nacional com vistas às medidas necessárias e eficazes para o atendimento das diretrizes de transferências internacional de dados previstas na lei.**

28. O Capítulo VII (artigos 34 e 35) dispõe sobre a ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS, observando as regras gerais previstas nos artigos 15 a 16 da LGPD, sem prejuízo do atendimento do prazo de guarda de documentos trabalhistas, previdenciários e relacionados à segurança e saúde no



trabalho, mesmo após o encerramento do vínculo empregatício. Em linhas gerais o texto está adequado à LGPD, sem ressalvas.

29. O Capítulo IX (artigos 36 e 37) dispõe sobre a SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS, observando as regras gerais previstas nos artigos 46 a 49 da LGPD. Em linhas gerais o texto está adequado à LGPD, sem ressalvas.

30. O Capítulo X (artigos 38 e 39) dispõe sobre os DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS AGENTES DE TRATAMENTO, observando as regras gerais previstas na LGPD. Em linhas gerais o texto está adequado à LGPD, sem ressalvas.

31. O Capítulo XI (artigos 40 e 42) se refere às DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS e se refere a questões meramente procedimentais, sem repercussão jurídica.

32. Quanto ao glossário constante no Anexo II da Minuta, este não requer maiores considerações, uma vez que apenas replicou os conceitos fundamentais previstos no art. 5º, da LGPD, agregando outros conceitos eminentemente técnicos, sem repercussão jurídica.

### III - CONCLUSÃO

33. Ante todo o exposto, consoante os elementos apresentados nos autos do processo em epígrafe, conclui-se, do ponto de vista estritamente jurídico, pela necessidade de retorno ao Grupo de Trabalho responsável pela implementação da LGPD, com vistas ao atendimento dos apontamentos constantes nos parágrafos 17 a 23 da presente manifestação.

Considerando que, na sequência, foram juntados ao processo os seguintes documentos:

- Orientação Conjunta nº 1/2021/ME/CGU (0494999); e
- Minuta de Portaria GTLGPD 0495000,

Considerando que por meio do Despacho GTLGPD 0495060, de 02 de setembro de 2021, os autos foram encaminhados à Procuradoria Jurídica - PROJ, nos seguintes termos:

Em atendimento aos apontamentos constantes no Parecer SUCON nº 118/2021 0476247, o GTLGPD realizou alterações na minuta apresentada.

Foram ajustados os artigos que tratam de dados pessoais sensíveis e da coleta de dados pessoais de crianças e adolescentes, uma vez que esses dados não são coletados no uso do site, portal e aplicativos e somente tem tratamento para filhos de empregados, sendo este informado a todos os empregados por meio do Termo de Ciência para tratamento de dados (0489536) e necessário para tramites de RH.

Cabe esclarecer que o entendimento de que dados pessoais e dados pessoais sensíveis fossem considerados sigilosos fazia alusão a necessidade de sua segurança e proteção a acessos indevidos e não a funcionalidade "sigiloso" no SEI. De todo modo, o texto da Política foi modificado para "acesso restrito" conforme preconiza o Art. 31 da Lei nº 12.527, de 2011.

Para maiores esclarecimentos, que estarão na Política de Classificação de Documentos, veja-se a Orientação Conjunta ME/CGU 0494999:

"A atribuição do nível de acesso durante a criação do processo ou documento do SEI é realizada pelo usuário que está gerando a informação. Os usuários devem ser orientados a gerar os documentos associados aos tipos documentais específicos."

Considerando que por meio do Despacho SUCON 0503937, de 21 de setembro de 2021, a Subprocuradoria Consultiva - SUCON manifestou-se ao Grupo de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados - GTLGPD, nos seguintes termos:

Trata-se de proposta de portaria que visa a instituição da Política de Privacidade do Confea, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD ([Lei nº 13.709, de 2018](#)), à Lei de Acesso à Informação - LAI ([Lei nº 12.527, de 2011](#)) e ao Marco Civil da Internet ([Lei 12.965, de 2014](#)).

A versão anterior (0464735) foi submetida à análise desta Procuradoria Jurídica, que exarou o Parecer SUCON nº 118/2021 (0476247), no qual asseverou a necessidade "de retorno ao Grupo de Trabalho responsável pela implementação da LGPD, com vistas ao atendimento dos apontamentos constantes nos parágrafos 17 a 23 da presente manifestação".

Observa-se que a nova Minuta de Portaria (0495000) atendeu aos apontamentos citados, sendo certo que, **do ponto de vista estritamente jurídico, não há óbice à aprovação do texto.**

Entretanto, cumpre salientar que não cabe a esta Procuradoria Jurídica a definição dos procedimentos necessários para o atendimento da [LGPD](#) ou mesmo da [LAI](#), uma vez que, além da existência de um Grupo Técnico com essa finalidade, há ainda outras unidades responsáveis pelo controle, fiscalização e gerenciamento do acesso à informação e do processo eletrônico no âmbito do Confea.

Nesse contexto, embora o texto esteja adequado no seu aspecto jurídico, **é imprescindível que, antes da aprovação da norma, o Grupo de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados dialogue com as demais áreas envolvidas**, especialmente os agentes responsáveis pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI), pois, se prosperar o disposto no art. 6º da proposta, praticamente todos os processos eletrônicos que tramitam no Confea poderiam ser caracterizados como "restritos", o que, salvo melhor juízo, inviabilizaria as consultas e pesquisas no SEI, afetando o próprio fluxo processual do Conselho Federal.

Ademais, é preciso que as áreas envolvidas avaliem questões importantes sobre a conveniência e oportunidade dessa limitação, tais como: se a orientação da Controladoria Geral da União (0494999) se aplicaria à realidade do Confea; se é possível definir previamente quais agentes públicos estariam habilitados para acessar os processos "restritos"; quem, no curso da tramitação eletrônica de documentos, seria o responsável pela classificação do processo como "restrito", considerando que, independentemente da natureza do processo, é possível que venham a ser encartados aos autos dados pessoais ao longo da tramitação; entre outros aspectos.

De toda sorte, tais situações refogem ao escrutínio jurídico, cabendo às áreas responsáveis realizar estudo aprofundado sobre o tema e promover os devidos ajustes procedimentais e operacionais que se fizerem necessários, caso a norma venha a ser aprovada desta forma.

Ante o exposto, ressaltando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo desta Procuradoria Jurídica, conclui-se, do ponto de vista estritamente jurídico, pela adequação da Minuta de Portaria (0495000), que institui a Política de Privacidade do Confea, recomendando-se que sejam aprofundados os estudos necessários sobre o impacto da norma nas rotinas operacionais do Confea, nos termos mencionados na presente manifestação.

Considerando que por meio do Despacho CGTI 0626807, de 11 de julho de 2022, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI encaminhou os autos à Superintendência de Estratégia e Gestão - SEG, nos seguintes termos:

Encaminha-se o presente processo visando apreciação pelo Conselho Diretor quanto à Minuta de Portaria que "Institui a Política de Privacidade do Confea" constante no doc. 0495000, considerando que a Subprocuradoria Consultiva já se manifestou nos autos (doc. 0503937).

Ademais, registra-se que a referida Minuta de Portaria foi apreciada pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI, em reunião realizada no dia 05 de julho de 2022, às 10hs, mediante videoconferência, a qual foi gerada a Súmula da Reunião de nº 0625642, conforme preceitua a Portaria AD nº 190 de 2014 (doc. 0294139), assim como constam no processo SEI nº 00339/2020 os documentos que embasaram a 1ª Reunião Ordinária no exercício 2022, quais sejam: Pautas (docs. 0619809 e 0620028), Convocação (doc. 0619819), Despacho (doc. 0625643) e Imagens (docs. 0625665, 0625666 e 0625667).

Considerando que por meio do Despacho SEG 0626915, de 11 de julho de 2022, a Superintendência de Estratégia e Gestão - SEG encaminhou os autos ao Conselho Diretor, para apreciação;

Considerando que foi juntada aos autos a Minuta de Portaria GTLGPD 057266, a qual foi retificada pela 0631083, ambas de 20 de julho de 2022;

**DECIDIU** por unanimidade:

1) Aprovar a Minuta de Portaria GTLGPD 0631083, que "Institui a Política de Privacidade do Confea"; e

2) Encaminhar os autos à Chefia de Gabinete, para as providências decorrentes, notadamente quanto à numeração, coleta de assinaturas e divulgação da Portaria,

Presidiu a sessão o Vice-Presidente no Exercício da Presidência, Eng. Civ. **João Carlos Pimenta**. Presentes os Diretores Eng. Eletric. **Daniel de Oliveira Sobrinho**, Eng. Eletric. **Genilson Pavão Almeida**, Eng. Agr. **Francisco das Chagas da Silva Lira**, Eng. Eletric. **José Miguel de Melo Lima** e a Eng<sup>a</sup>. Mec. **Michele Costa Ramos**.

Cientifique-se e cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Pimenta, Vice-Presidente**, em 21/07/2022, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.confea.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0631564** e o código CRC **ED34CB6E**.